

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO S.A
SPCINE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO - SPCINE

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores

Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. – SPCINE.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da “**Empresa de Cinema e audiovisual de São Paulo S.A. – SPCINE**” que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da “**Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. – SPCINE.**” em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Teste de recuperabilidade do “Imobilizado”

A empresa não avaliou a necessidade de redução ao valor recuperável do “Ativo imobilizado”, no montante de R\$ 1.667.175 em 31 de dezembro de 2023, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”.

Devido a esse aspecto, em 31 de dezembro de 2023, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de ajustes nos saldos das referidas contas do exercício findo nessa data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Provisões de Contingências

Chamamos atenção para a Nota Explicativa Nº21 que conforme resposta à circularização feita pelo assessor jurídico interno da Empresa, o mesmo, qualificou como risco provável civil o montante de R\$ 10.000 reais podendo chegar a R\$ 12.875.597, cujo reconhecimento contábil não foi efetuado, pois a administração entende que em caso de condenação ao pagamento, os recursos serão absorvidos pela dotação de políticas audiovisuais, não impactando diretamente o capital da empresa.

Outros assuntos

Os valores correspondentes as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparabilidade, foram por nós examinados, cujo relatório datado de 31 de março de 2022, continha ressalva pela não elaboração do Teste de recuperabilidade de “investimentos em produções audiovisuais” e “Imobilizado”, bem como pela ausência de provisão para contingência de processo com perda provável.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos e circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2024.

SPS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC: SP-042241/O-9

SIMONE PRISCILA DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CRC: 1SP231313/O-0
CNAI nº 4352

**SPS AUDITORES
INDEPENDENTES:
38481043000109**

Assinado de forma digital por SPS
AUDITORES
INDEPENDENTES:38481043000109
Dados: 2024.04.18 10:54:38 -03'00'



Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S/A
Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 - (Valores expressos em reais)

Balanço Patrimonial	Notas	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	85.274.818	94.763.657
Contas a receber de clientes	6	32.424	57.683
Impostos a recuperar	7	3.320.105	862.843
Adiantamentos		22.433	0
Total do Ativo Circulante		<u>88.649.780</u>	<u>95.684.183</u>
Ativo Não-Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósito e Caução		24.000	24.000
Investimentos em Produções Audiovisuais	8	1.630.433	2.790.087
Imobilizado	9	1.667.175	2.361.662
Intangível	9	0	0
Total do Ativo Não Circulante		<u>3.321.608</u>	<u>5.175.749</u>
Total do Ativo		<u>91.971.388</u>	<u>100.859.932</u>
	Notas	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo Circulante			
Fornecedores		137.736	41.899
Obrigações Tributárias e Trabalhistas	10	4.061.404	700.105
Obrigações com Terceiros	11	74.843.114	90.445.598
Fiança Bancária		14.345	
Total do Ativo Circulante		<u>79.056.599</u>	<u>91.187.602</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	12	28.100.000	28.100.000
Prejuízos Acumulados		-15.185.211	-18.427.670
Total do Ativo Não Circulante		<u>12.914.789</u>	<u>9.672.330</u>
Total do Ativo		<u>91.971.388</u>	<u>100.859.932</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S/A
Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 - (Valores expressos em reais)

<u>Demonstração de Resultados</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita Operacional Líquida	13	6.684.763	3.596.303
Lucro Bruto		6.684.763	3.596.303
Receitas com Subvenção	14	0	2.285.156
Despesas Gerais e Administrativas	15	-10.030.806	-7.357.822
Recuperação de Despesas Administrativas	18	922.597	320.035
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		<u>-2.423.446</u>	<u>-1.156.328</u>
Resultado Financeiros Líquido	16	8.468.604	4.125.508
Resultados não Operacionais	17	-1.143.784	0
Lucro Antes do Imposto de Renda		<u>4.901.374</u>	<u>2.969.180</u>
Imp. Renda P. Jurídica / Contr. S/ Lucro Líquido		<u>-1.658.915</u>	<u>0</u>
Lucro Líquido do Exercício		<u>3.242.459</u>	<u>2.969.180</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO – SPCINE | CNPJ 21.278.214/0001-02
Rua Líbero Badaró nº 293, conjunto 22 B, CEP. 01009-907 – Centro Histórico, São Paulo – SP.
Contato: (11) 3117-3100 | contato@spcine.com.br



Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S/A
Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 - (Valores expressos em reais)

<u>Demonstrações de Resultado Abrangentes</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro / (Prejuízo) Líquido do período	3.242.459	2.969.181
Outros valores abrangentes	0	0
Resultado Abrangentes do exercício	<u>3.242.459</u>	<u>2.969.181</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO – SPCINE | CNPJ 21.278.214/0001-02
Rua Líbero Badaró nº 293, conjunto 22 B, CEP. 01009-907 – Centro Histórico, São Paulo – SP.
Contato: (11) 3117-3100 | contato@spcine.com.br



Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S/A
Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 - (Valores expressos em reais)

<u>Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido</u>	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	28.100.000	-18.427.670	9.672.330
Resultado do Exercício		3.242.459	3.242.459
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	28.100.000	-15.185.211	12.914.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO – SPCINE | CNPJ 21.278.214/0001-02
Rua Líbero Badaró nº 293, conjunto 22 B, CEP. 01009-907 – Centro Histórico, São Paulo – SP.
Contato: (11) 3117-3100 | contato@spcine.com.br



Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S/A
Balanco Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 - (Valores expressos em reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	3.242.459	2.964.983
Ajuste para Conciliar o Resultado às Disponibilidades pelas Atividades Operacionais		
Depreciação/Amortização	682.175	523.103
Sub-total	3.924.634	3.488.086
Redução / (Aumento) dos Ativos Operacionais		
Clientes	25.259	478.182
Impostos a Recuperar	-2.479.695	-651.719
Outras Contas a Receber	0	0
Aumento / (Redução) dos Passivos Operacionais		
Fornecedores	95.837	-3.849
Obrigações Tributárias	2.306.308	-36.956
Obrigações Trabalhistas	1.054.991	44.291
Dividendos a Pagar	0	0
Outras Obrigações	0	0
Obrigações com Terceiros	-15.588.139	45.034.697
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	-10.660.805	48.352.732
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Acréscimo de Imobilizado	0	-99.240
Acréscimo de Intangível	12.312	0
Investimentos	1.159.654	115.102
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	1.171.966	15.862
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamento	0	0
Aporte de Capital	0	0
Dividendos a pagar	0	0
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	0	0
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes	-9.488.839	48.368.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO – SPCINE | CNPJ 21.278.214/0001-02
Rua Líbero Badaró nº 293, conjunto 22 B, CEP. 01009-907 – Centro Histórico, São Paulo – SP.
Contato: (11) 3117-3100 | contato@spcine.com.br



Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 - (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Empresa de Cinema de Audiovisual de São Paulo. ("Sociedade" ou "SPCINE"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 293, 22º andar – Cj.22-B, no Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 21.278.214/0001-02, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. A Sociedade tem como objeto principal promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural artístico, tecnológico e científico sobre a atividade cinematográfica e audiovisual do município de São Paulo. Para maiores informações, por favor visite o site www.spcine.com.br.

2. Apresentação da demonstração contábeis, e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Sociedade, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, foram autorizadas pela Diretoria para emissão e divulgação.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com a norma internacional de contabilidade adotadas no Brasil e também emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurado pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado nas contraprestações pagas em troca de ativos e os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. Já o valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes reconhecedoras, dispostas a isso.

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO – SPCINE | CNPJ 21.278.214/0001-02
Rua Libero Badaró nº 293, conjunto 22 B, CEP. 01009-907 – Centro Histórico, São Paulo – SP.
Contato: (11) 3117-3100 | contato@spcine.com.br

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

2.2.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são reconhecidos a partir da data em que ela se torna parte das disposições contratuais de tais instrumentos financeiros e incluem, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores. Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são inicialmente registrados pelo valor justo.

2.2.1.1. Ativos financeiros

A Sociedade classifica os seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

2.2.1.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Na data em que a transação é realizada, a Sociedade classifica um ativo financeiro como valor justo por meio do resultado se, e somente se, houver a intenção de: I) negociação do título no curto prazo, II) se ele for um derivativo, ou III) se a mensuração a valor justo diminui ou elimina alguma inconsistência de mensuração (*fair value option*) de acordo com a gestão da Sociedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável, são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado, enquanto os custos da transação são considerados despesa no momento que ocorrem.

2.2.1.3. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo ("taxa de juros efetiva"), diminuídos de perda por redução ao valor recuperável, quando for o caso.

Em 31 de dezembro de 2023, os recebíveis da Sociedade compreendem, substancialmente em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

2.2.1.4. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são representados por instrumentos financeiros não derivativos, que não foram classificados em nenhuma das categorias mencionadas anteriormente. Os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mantidos por um período indefinido, podendo ser alienados a qualquer momento para atender às necessidades operacionais e de liquidez da Sociedade.

Os juros dos títulos disponíveis para venda são calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros e reconhecidos no resultado, do exercício correspondente, como receitas financeiras, enquanto a parcela referente ao ajuste do valor justo é registrada no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esses ativos financeiros compreendem, substancialmente em caixa equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber.

2.2.1.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Nas datas de cada encerramento das demonstrações contábeis, a Administração avalia se há ou não a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, considerando, quando aplicável, evidências objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os critérios que a Sociedade utiliza para determinar se há evidências objetivas de uma perda por *impairment* incluem, principalmente:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte;
- Violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; e
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, a avaliação é realizada coletivamente, mesmo se os títulos, individualmente, não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável.

Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos incluem, sobretudo, a experiência histórica de recebimentos em atraso, condição econômica dos clientes ou do grupo que integram, bem como mudanças observáveis nas condições macroeconômicas.

2.2.1.6. Baixa de ativos financeiros

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro.

2.2.1.7. Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar e

foram todos classificados como contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Após reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2.3. Títulos e valores mobiliários

Os fundos de investimentos estão classificados na categoria "Valor justo por meio do resultado".

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados a valor de mercado.

2.2.4. Contas a receber

As receitas da SPCINE são geradas pela prestação de contas sobre os investimentos e participações nas atividades cinematográficas. Na data do faturamento, o registro contábil é feito debitando contas a receber e creditando receita.

A Sociedade não possui valores cuja expectativa de realização futura seja baixa ou nula, desta forma não possui registrados de crédito de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2.5. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo, que inclui todos os gastos incorridos na aquisição ou elaboração dos ativos, reduzido de depreciação. A depreciação é apurada e reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada e valor residual projetado de cada item.

A Sociedade revisa ao menos anualmente suas estimativas de vida útil dos seus ativos e, caso observe mudanças significativas nas estimativas, reconhece os efeitos dessas mudanças no resultado de forma prospectiva.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

2.2.6. Apuração de resultado

O resultado das operações da Sociedade (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A Administração da Sociedade adota como política contábil de apresentação dos custos dos serviços prestados em conjuntos com as despesas, por não gerenciar a Sociedade com base no lucro bruto.

2.2.7. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços e de bilheteria são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuário.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.2.10. Imposto de renda e contribuição social

a) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - corrente

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor no Brasil na data do balanço.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.2.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (I) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (II) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Sociedade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.2.12. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível (alocado) aos quotistas pelo número médio ponderado de quotas em circulação durante o exercício.

Não há instrumentos patrimoniais com efeito potencial de diluição do lucro disponível aos acionistas. Portanto, o lucro diluído por quota não apresenta diferenças em relação ao lucro básico por ação.

2.2.13. Demonstração do fluxo de caixa

A SPCINE apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: I) variações ocorridas no exercício nas contas operacionais a receber e a pagar; II) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e III) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(I) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem principalmente: provisões para créditos de liquidação duvidosa ou cancelamentos, restituição de comissões ou para redução ao valor recuperável de ativo, quando aplicável, além da provisão para demandas judiciais.

(II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

Uma provisão é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças de créditos a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Sociedade adota como prática a análise sobre a realização futura do ativo.

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")*

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Em 31 de dezembro de 2023, não foi efetuado o teste de *impairment*, portanto, não houve a avaliação da possível provisão.

c) *Provisões para demandas judiciais*

A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(III) Impostos

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

4. Mudanças das principais políticas contábeis

4.1. CPC 06 – Arrendamento (IFRS 16 – Leases)

CPC 06(R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Sociedade avaliou os contratos de arrendamento e entende que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não possui contratos que se enquadram na Norma.

4.2. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a administração da SPCINE, avaliou o ICPC 22, e não identificaram indícios de possíveis questionamentos e incertezas sobre os tributos incidentes em seus lucros que podem ser feitos pela Receita Federal, sobre o tratamento realizado pela Sociedade sobre o tratamento sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
Fundo de Investimento - Banco do Brasil	85.257.928	94.763.657
Banco conta movimento/Outros	16.890	0
Total	85.274.818	94.763.657

A Sociedade considera como equivalentes de caixa um fundo de investimento de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação.

Todos os fundos de investimentos, independentemente de sua categoria, podem ser resgatados sem perda de rendimentos, sem restrição e de forma imediata. Os fundos de investimentos são abertos por processos/repasses realizados pela Secretária Municipal de Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI), Secretaria Estadual de Cultura (SECEC) e Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

6. Contas a receber de clientes

	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
Clientes Nacionais	32.424	57.683
Total do contas a receber	32.424	57.683

Os valores a receber de clientes nacionais estão relacionados principalmente a prestação de serviços a receber de empresas vinculadas à produção de artes cinematográficas, cujo prazo para pagamento não é superior a 30 dias.

7. Impostos a recuperar / Outros créditos

	<u>2.023</u>	<u>2.022</u>
IRRF sobre Aplicações Financeiras	2.881.247	860.683
Outros impostos	5.822	2.160
Perdcomp	433.036	0
Adiantamentos	22.433	0
Total de impostos a recuperar	3.342.538	862.843

Os impostos a recuperar estão principalmente vinculados à Imposto de renda retido na fonte sobre as operações financeiras com os fundos de investimentos.

8. Investimentos em produções audiovisuais

Investimentos	Investiment os Inicial	Data do Investimento	2.023	2.022
Produção Cinematográfica - "O Caseiro"	250.000	12/08/2015	0	167.418
Invest. Distribuição Filme - "Boletim de Ocorrência"	500.000	15/10/2015	0	15.870
Produção Cinematográfica - "A Terapia"	500.000	02/12/2015	315.797	315.797
Produção Cinematográfica - "Sampa"	500.000	14/01/2016	0	498.419
Invest. Cinematográfico - "O Menino e o Mundo"	299.669	23/02/2016	286.023	286.023
Invest. Distribuição Filme - "Escaravelho do Diabo"	500.000	15/04/2016	0	245.524
Produção Cinematográfica - "Pequeno Segredo"	249.950	09/06/2016	0	232.423
Produção Cinematográfica - "Malasartes"	500.000	25/07/2016	500.000	500.000
Produção Cinematográfica - "Depois dos 40"	500.000	27/10/2016	500.000	500.000
Produção Cinematográfica - "Duncan"	30.050	13/11/2017	28.613	28.613
Total de Investimentos Prod. Audiovisuais			1.630.433	2.790.087

A Sociedade realiza investimentos em produções audiovisuais, onde aporta recursos próprios para produção, coprodução e distribuição de filmes de longas metragens. A sociedade entende que até o período de sete (07) anos após o lançamento da produção os valores investidos serão retornados.

9. Imobilizado e intangível

	2.023	2.022
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	179.920	176.230
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	179.920	176.230
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.490.257	7.508.450
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.490.257	7.508.450
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	-6.003.002	-5.323.018
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-107.354	-86.882
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	-5.895.648	-5.236.136
INTANGÍVEL	-0	0
MARCAS, DIREITOS E PATENTES	0	0
Softwares	26.177	26.177
(-) Amortização de Softwares	-26.177	-26.177
IMOBILIZADO	1.667.175	2.361.662

O Imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2023, é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Sociedade.

10. Obrigações tributárias e trabalhistas

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2.023	2.022
FERIAS A PAGAR	21.101	0
PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	449.324	370.146
INSS E IRRF	1.066.652	113.422
FGTS	28.085	26.603
TOTAL A RECOLHER	1.565.162	510.171
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2.023	2.022
IRRF S/ FOLHA	0	122.282
ISS A RECOLHER	20.324	14.858
PIS/ COFINS A RECOLHER	117.523	46.007
OUTROS	5.325	5.992
IRPJ - CSLL A RECOLHER	2.353.070	795
TOTAL A RECOLHER	2.496.242	189.934
TOTAL DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E TRABALHISTAS	4.061.404	700.105

i. Remuneração de pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração da Sociedade, que contempla a Direção da empresa, totalizou R\$ 9.876.281, registrados no grupo de despesas gerais e administrativas. A Sociedade não possui outro tipo de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

11. Obrigações com terceiros

As obrigações com terceiros referem-se à parceria firmada entre a Sociedade e a Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal da Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e Secretaria Estadual de Cultura (SECEC). Esta parceria tem por objetivo estabelecer a colaboração das partes, mediante a comunhão de esforços e recursos, para a efetivação de atividades ligadas a apoio e fomento à atividade audiovisual, especificamente a realização de editais públicos, a serem lançados e geridos pela Sociedade, para a seleção de projetos audiovisual que recebem aporte de recursos financeiros oriundos desta parceria.

OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.023	2.022
REPASSE - SMC 2015 - 18253-2	5.093	5.093
REPASSE - SMC 2016 - 18504-3	120.000	330.000
REPASSE - SMC 2017 - 18814-X	574.956	779.027
REPASSE - SMT 2017 - 18311-3	2.833.778	7.384.491
REPASSE - SMC 2018 - 18313-X	99	419.591
REPASSE - SMC 2019 - 19320-8	321.472	4.205.396
REPASSE - SMC 2020 - 19757-2	738.621	10.425.328
REPASSE - S.E.C. - 20504-4	16.279.228	19.665.562
REPASSE - SMRI - 20526-5	173.486	757.342
REPASSE - SMC - 20529-X	13.032.075	14.583.558
REPASSE - SMC - 20530-3	2.659.826	11.671.710
REPASSE - SMC - 20611-3	16.125.000	20.000.000
REPASSE - SMTUR - 20714-4	135.715	218.500
REPASSE - OEI - 20715-2	7.288	0
REPASSE - SMC - 20906-6	11.786.509	0
SUBTOTAL DE OBRIGAÇÕES	64.793.146	90.445.598

RECEITAS A REALIZAR	10.049.968	0
OUTROS	14.345	0
TOTAL DE OBRIGAÇÕES	74.857.459	90.445.598

A partir desse exercício segregamos a receita da Spcine dentro dos contratos firmados com os órgãos municipais, estaduais e outros entes com intuito de informar a receita futura da empresa a ser faturada, deixando assim transparente os valores envolvidos e mostrando que temos totais condições de busca a nossa independência a partir de 2.025.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

A composição do capital social da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A., totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 28.100.000,00 (vinte e oito milhões e cem mil reais) divididos em 28.100.000 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

13. Receitas líquidas

	2.023	2.022
Receitas de serviços prestados	7.476.230	3.962.303
Receita de bilheteria	54.294	35.180
(-) Tributos sobre serviços prestados	-845.761	-401.180
	6.684.763	3.596.303

14. Receitas de Subvenção

	2.023	2.022
Receita de Subvenção	0	2.285.156
	0	2.285.156

Em 2023, não necessitamos de valores relativos à subvenção da Prefeitura Municipal de São Paulo, para quitação de vencimentos mensais relativos a despesas com pessoal, mais um fator que evidencia a nossa capacidade de geração de recursos seguindo de forma consistente na busca da independência em 2.025.

15. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas estão compostas por gastos com: despesas com pessoal (salário, férias, rescisões e encargos sociais), administrativas, material de consumo, depreciação/amortização, serviços de terceiros e despesas tributárias assim demonstradas:

	2.023	2.022
Despesas com pessoal	-8.172.230	-6.001.503
Aluguéis e Arrendamentos	-106.576	-78.606
Depreciação e Amortização	-618.801	-523.103
Despesas Gerais	-1.133.199	-754.610
	-10.030.806	-7.357.822

16. Resultado financeiro líquido

O saldo de rendimento sobre aplicação financeira está líquido dos impostos (Pis e Cofins).

Os valores recebidos da Secretária Municipal da Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI), Organização dos Estados Ibero-americanos e Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa (SECEC) através dos contratos e convênios são aplicados em fundos de investimentos e seus rendimentos reconhecidos no resultado da Sociedade. Por meio de uma conta redutora da Receita Financeira, a Sociedade demonstra que está utilizando estes rendimentos para a realização do objeto dos contratos e convênios firmados.

	2.023	2.022
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicações Financeiras	9.457.300	4.573.786
(-) Rendimento utilizado nos contratos SMC e outros	-983.302	-435.892
	8.473.998	4.137.894
	2.023	2.022
Despesas Financeiras		
Despesas Financeiras	-5.394	-12.386
	-5.394	-12.386
Resultados Financeiro Líquido	8.468.604	4.125.508

17. Resultados não operacionais

A empresa efetuou no exercício de 2.023 as devidas baixas contábeis sobre investimentos permanentes feitos em Produção de Audiovisuais no montante de R\$ 1.143.784,00, visto que os contratos se encerraram não existindo mais a possibilidade de recuperação desses investimentos.

18. Recuperação de Despesas

Devido a natureza de contratos assinados com entes municipais e estaduais a empresa efetuou a recuperação de despesas com pessoal no montante de R\$ 922.597,04, gerando assim redução nas despesas de pessoal acima apresentadas.

19. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros ativos da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas de juros contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As atividades da Sociedade a expõe a alguns riscos financeiros. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade. A gestão de risco é realizada e regularmente monitorada pela Sociedade, a qual busca identificar e avaliar os principais riscos para proteger a Sociedade contra eventuais perdas financeiras.

20. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. Provisão para contingência conforme CPC25

A Sociedade após análise do Departamento Jurídico qualificou como risco provável cível o montante de R\$ 10.000,00 podendo chegar a R\$ 12.875.5973,05, cujo reconhecimento contábil não foi efetuado. A Administração da "Empresa de Cinema e audiovisual de São Paulo S.A. – SPCINE", vislumbra que em caso de condenação ao pagamento, estes recursos serão absorvidos pela dotação de políticas audiovisuais, não impactando diretamente o capital da empresa, nesse exercício já recebemos da Secretaria Municipal de Cultura o valor de R\$ 4.830.943,16, e recentemente foi aberta a possibilidade de um acordo extrajudicial com a entidade, que será pautada em assembleia geral para aprovação.

Temos ainda como possível no montante de R\$ 26.256,48 de valor nominal, mais R\$ 1.025.000,00 de multa.

22. Eventos subsequentes

Recondução da empresa para sua independência

Vivemos um momento de dependência financeira do Tesouro Municipal, a administração não está deixando de medir esforços no sentido de no ano de 2.025 buscar a volta de sua independência, esses esforços incluem a abertura de serviços para outras Secretarias que não somente a SMC, parcerias com outros entes de governos, o primeiro grande evento foi a parceria entre o Município e o Estado de São Paulo para a publicação de Edital de Atração de Filmagens em São Paulo que destinará aos proponentes selecionados R\$ 36.000.000,00, desta forma com o aumento significativo de gestão de recursos financeiro a SPCINE fará jus a uma remuneração capaz de solucionar o seu fluxo de caixa, assim podendo pleitear futuramente a saída da dependência de recursos para viabilizar seu custeio e investimentos.

Lyara Luísa de Oliveira Alvarenga
Diretora Presidente
CPF. 283.583.208-41

Solange Martinechen Silva
Contadora
CPF. 792.489.699-68
CRC PR 043.769-O/06 - 1

lyara.oliveira@spcine.com.br

Assinado

Lyara Luísa de Oliveira Alvarenga
D4Sign

lyara.oliveira@spcine.com.br

Assinado

Lyara Luísa de Oliveira Alvarenga
D4Sign

DFs Spcine 2023 - SPS pdf

Código do documento 3f71deb1-19d6-4b2c-81dc-d96a3af50ba9



Assinaturas



Solange Martinechen Silva
solange.prioriservicos@gmail.com
Assinou

Solange Martinechen Silva



Lyara Luísa de Oliveira Alvarenga
lyara.oliveira@spcine.com.br
Assinou

Lyara Luísa de Oliveira Alvarenga

Eventos do documento

18 Apr 2024, 11:08:35

Documento 3f71deb1-19d6-4b2c-81dc-d96a3af50ba9 **criado** por CAMILA COELHO DOS SANTOS (85d40212-dff2-4424-9f02-b6044e3fed64). Email: contratos@spcine.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-18T11:08:35-03:00

18 Apr 2024, 11:09:24

Assinaturas **iniciadas** por CAMILA COELHO DOS SANTOS (85d40212-dff2-4424-9f02-b6044e3fed64). Email: contratos@spcine.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-18T11:09:24-03:00

18 Apr 2024, 11:21:29

SOLANGE MARTINECHEN SILVA **Assinou** (428e0e77-cc32-4824-9e93-23208f090bef) - Email: solange.prioriservicos@gmail.com - IP: 131.161.62.53 (131-161-62-53.directwifi.com.br porta: 32730) - **Geolocalização: -25.302905 -49.204486** - Documento de identificação informado: 792.489.699-68 - DATE_ATOM: 2024-04-18T11:21:29-03:00

18 Apr 2024, 12:49:02

LYARA LUÍSA DE OLIVEIRA ALVARENGA **Assinou** (71d4468d-33b2-43a9-92c2-14eb5dc784ea) - Email: lyara.oliveira@spcine.com.br - IP: 186.224.210.202 (186.224.210.202 porta: 61360) - **Geolocalização: -23.5469684 -46.6368779** - Documento de identificação informado: 283.583.208-41 - DATE_ATOM: 2024-04-18T12:49:02-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f4c9a3c3f0a862b4e348030f3f284c7ad7cd9baf95b7ebd138298e5ce42a7001
(SHA512):b2b76ce2c6fcf5fc3edb460eba8dba489a4f0258e8c9fa712048151250996ce038f5f396663fc2e60603b6bed03786ca35b6a127062e16eb4b52dac625de4ab

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign